

EDUCAÇÃO POPULAR, IGREJA CATÓLICA E IDEOLOGIA ANTICOMUNISTA NO BRASIL: ambivalências no âmbito do Movimento de Educação de Base (1961-1966)

Popular, Catholic Church, and the anticommunist ideology in Brazil:
ambivalences in the scope of Movimento de Educação de Base (1961-1966)

Educación popular, Iglesia Católica e ideología anticomunista en el Brasil:
ambivalencias en el ámbito del Movimiento de Educación de Base-MEB (1961-1966)

SARA EVELIN URREA-QUINTERO^{1*}, MARCUS AURELIO TABORDA DE OLIVEIRA²

¹Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. ²Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. *Autora correspondente. E-mail: saraurreao718@gmail.com

Resumo: Analisamos relações entre o Movimento de Educação de Base (MEB) e as forças hegemônicas no Brasil entre 1961 e 1966, em especial a Igreja Católica. Partimos do seu percurso inicial como iniciativa de educação popular e das bases do seu projeto educativo, observando que suas discussões internas ecoavam elementos da luta anticomunista. Utilizamos fontes institucionais para compreender as tensões que levaram à sua assimilação pelo regime após o golpe. Recorremos à imprensa para analisar registros que colocavam em questão suas intenções educacionais, compreendendo como a “gestão das paixões políticas” foi fundamental para que a opinião pública justificasse discursos e práticas de repressão diante de alternativas assumidas como contestatórias ao regime, com apoio inequívoco da hierarquia católica.

Palavras-chave: ditadura militar e educação; Educação Popular e anticomunismo; Igreja Católica e hegemonia; educação política.

Abstract: We analyzed the relationships between the Basic Education Movement (MEB) and the hegemonic forces in Brazil between 1961 and 1966, with a particular focus on the Catholic Church. We begin with its initial trajectory as a popular education initiative and the foundations of its educational project, noting that its internal discussions reflected elements of the anticommunist struggle. We use institutional sources to understand the tensions that led to its assimilation by the regime after the coup. We turn to the press to analyze records that questioned its educational intentions, understanding how the “management of political passions” was fundamental for public opinion to justify discourses and practices of repression against alternatives assumed to be contesting the regime, with the unequivocal support of the Catholic hierarchy.

Keywords: military dictatorship and education; popular education and anti-communism; Catholic Church and hegemony; political education.

Resumen: Analizamos las relaciones entre el Movimiento de Educación de Base (MEB) y las fuerzas hegemónicas en Brasil entre 1961 y 1966, en especial la Iglesia Católica. Partimos de su recorrido inicial como una iniciativa de educación popular y de las bases de su proyecto educativo, observando que sus discusiones internas resonaban con elementos de la lucha anticomunista. Utilizamos fuentes institucionales para comprender las tensiones que llevaron a su asimilación por el régimen tras el golpe. Recurrimos a la prensa para analizar registros que cuestionaban sus intenciones educativas, comprendiendo cómo la “gestión de las pasiones políticas” fue fundamental para que la opinión pública justificara discursos y prácticas de represión frente a alternativas asumidas como contestatarias al régimen, con el apoyo inequívoco de la jerarquía católica.

Palabras clave: dictadura militar y educación; educación popular y anticomunismo; Iglesia Católica y hegemonía; educación política.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, assistimos, no Brasil e em boa parte do mundo, ao refluxo de várias conquistas que podemos considerar modernas, entre elas a apostila no esclarecimento e na formação através das mais diversas formas educativas. Esse fenômeno vem na esteira do recrudescimento de ideologias autoritárias em diferentes lugares do planeta e ganhou densidade com discursos antissistema que permitiram o surgimento de todo tipo de populismo, seja de esquerda ou de direita, além da normalização de políticas autoritárias. No Brasil e em boa parte da América Latina, essa voga autoritária vem aliada à completa desregulamentação do mundo do trabalho, acentuada pela ideologia neoliberal, à subtração de direitos conquistados por largas parcelas da população e à crítica às instituições, ao estado de direito e mesmo à sua frágil democracia. Do ponto de vista educacional, acentuou-se a crítica a professores e à instituição escolar; criaram-se formas de cerceamento ao direito de manifestação popular; desqualificaram-se a instituição universitária, o trabalho intelectual e cultural e toda perspectiva crítica das formas de organização do mundo capitalista-liberal. Essas iniciativas estão amalgamadas em torno de um tripé já conhecido, pois também estiveram na origem dos eventos que desembocaram no golpe militar de 1964 e na longa e perversa ditadura civil-militar que a ele se seguiu: a crítica dos costumes e uma pauta conservadora em relação a eles, o anticomunismo e, por fim, o fortalecimento do fundamentalismo religioso cristão de toda ordem. Todos alvo de preocupação e ação “educativa” da ideologia que deu sustentação a toda forma de autoritarismo no país (Braghini & Oliveira, 2024; 2025), muitos dos quais estão redivivos nos projetos das escolas cívico-militares, em movimentos como o Escola sem Partido, na perseguição a professores, na censura a livros escolares ou não e nas disputas em torno do currículo escolar e de formação de professores.

Entendemos que muitos dos eventos hoje observados têm sido lentamente gestados na história deste país, sem que consigamos refletir acurada e adequadamente sobre os seus impactos no tempo presente. Exemplo disso é a relativização ou até mesmo o elogio da ditadura por parte da população brasileira, aí incluídas expressões da grande mídia. Ou ainda, a falsa equivalência entre a ação de diferentes movimentos sociais por manutenção de direitos já conquistados e o intento golpista vivido em 8 de janeiro de 2023. Não deveríamos esquecer que memórias são sempre objeto de disputa, e que aquelas produzidas sobre a ditadura brasileira estão longe de ser unívocas ou harmoniosas (Napolitano, 2015).

No artigo apresentamos e discutimos como o discurso anticomunista vigente na década de 1960 no Brasil foi estimulado pela Igreja Católica a ponto de reverberar no interior de um movimento que marcaria as práticas de educação popular no país, o Movimento de Educação de Base – MEB. Nossa argumento é que, na cultura política brasileira, delineada por Motta (2009; 2021), a Igreja Católica, em especial a sua hierarquia, cumpriu um papel fundamental na disseminação da ideologia

anticomunista nos anos que antecederam o golpe militar de 1964, e mesmo nos seus primeiros movimentos. Se, posteriormente, uma virada institucional no seu interior permitiria o surgimento do que foi conhecido como Teologia da Libertação, através do trabalho de religiosos progressistas fortemente comprometidos com as causas políticas da população explorada da América Latina, desde o final da década de 1950 a Igreja apostava em possibilidades de transformação da realidade social dos pobres sem qualquer tipo de crítica ou denúncia das bases estruturais das formas de dominação. Como mostram os documentos aqui mobilizados, no limite da sua ação reformista, a Igreja não deixava de alertar para os riscos da contaminação da mente da gente pobre pelas “ideologias subversivas”. Nesse caso, educar era não apenas contribuir para a superação da ignorância diagnosticada pelos seus agentes, mas também, e muito importante, significaria não permitir que tendências políticas consideradas radicais ou revolucionárias atormentassem a mente da gente comum (Sá Netto, 2024). Por suposto, esse tipo de orientação “pedagógica” perturbou o trabalho do MEB desde a sua fundação até a sua captura pelo ideário ditatorial a partir de 1966, gerando no seu interior um acirrado debate sobre o seu lugar na luta política e ideológica daquele período.

Se todo projeto educacional encarna uma aposta em um perfil de sociedade e de indivíduo, então pode se adequar às forças hegemônicas, apresentar-se contrário a elas ou, ainda, manter relações ambíguas com os seus princípios. Apesar do grau de identificação que os projetos educacionais possam ter com a hegemonia no sentido alargado do termo educação, em momentos de tensões e crises sociais e políticas eles são colocados sob suspeita, pois se entende que podem ser vetores também de contra-hegemonia.¹ Não por acaso, regimes autoritários costumam ter agendas educativas bastante evidentes. Nesse sentido, no texto nos propusemos a analisar as relações estabelecidas entre o MEB e as forças hegemônicas nos anos de 1961 a 1966 no Brasil – governo, imprensa, militares e, em especial, a Igreja Católica, junto à luta “anticomunista” como uma das suas diretrizes. Partimos de fontes institucionais e da imprensa periódica para analisar os registros que terminaram por colocar em questão suas intenções educacionais.² Jornais de alcance nacional ou de determinadas regiões do país nos auxiliaram a compreender as formas pelas quais a “gestão das paixões políticas” (Ansart, 2019) foi fundamental para justificar discursos e práticas de repressão diante de alternativas assumidas como contestatórias ao regime autoritário

¹ Na reflexão sobre as relações entre hegemonia, contra-hegemonia e educação, nos baseamos nos estudos de Gramsci (2001a e 2001b) e Williams (1977 e 2003). Não é demais lembrar que o conceito de hegemonia esteve entre um dos principais mobilizados ao longo da década de 1980 no Brasil, não apenas na História da Educação, mas praticamente em todo o debate educacional daquele período, que justamente encerrava um dos muitos ciclos de violência autoritária do Estado brasileiro.

² Os acervos consultados foram: Acervo digital Centro de Referência e Memória da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos do Rio de Janeiro – CREMEJA, Centro Memória Viva – Documentação e Referência em Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Popular e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Goiás – Goiânia, além da bibliografia sobre a temática.

que se consolidou no país após 1 de abril de 1964. Os documentos emanados das práticas do MEB foram consultados por significarem a expressão materializada de uma experiência histórica (Thompson, 1987). Como tal, registram a ambivalência e o nível do debate intelectual do seu interior, suas hesitações, seus avanços e recuos a partir do entendimento do lugar da política na educação popular. Trata-se de correspondência, atas de reuniões e eventos, materiais para a formação dos seus militantes, entre outros.

Em relação à imprensa periódica, ela é entendida como um repositório da prática e da experiência histórica não isenta de interesses, sobretudo políticos. Miramos tanto expressões da imprensa de alcance nacional, a exemplo do *Jornal O Globo*, como jornais de expressão regional naqueles lugares onde a ação do movimento era mais desenvolvida e conhecida. Esses, muitas vezes, serviam de caixa de ressonância daquilo que era publicado nos principais veículos, reverberando um conjunto de ideias que ora enalteciam, ora criticavam as iniciativas do MEB. Em vários momentos, as suas páginas foram utilizadas por representantes da Igreja Católica para reafirmar o seu compromisso com a educação popular, mas sem sucumbir aos encantos da ideologia comunista. Admitindo a imprensa como formadora de uma opinião pública, e o MEB como um movimento fundamentalmente oriundo da classe média, dela extraímos pistas de um amplo debate que evidenciava não apenas as diferentes posições ideológicas em disputa no período, mas as disputas de sentido sobre a relação entre educação popular e política no interior da própria Igreja. Nesse sentido, o que era publicado no período sobre a ação do MEB não era destinado especificamente a determinados grupos de poder, mas àquela ampla parcela da população que tinha acesso aos jornais, fosse de maneira direta ou pela circulação das polêmicas ali expressas através dos mais variados mediadores.

Diante das formas de organização da sociedade civil contra o *status quo* político, sobretudo através do engajamento de trabalhadores e estudantes, ainda antes do golpe, muitas instituições miravam educar politicamente a população. A partir de ideais e práticas educativas com claro fito político, ou através daquelas que procuravam eliminar a política da agenda educacional, buscava-se, nos termos propostos por Ansart (2019), incentivar ou conter o potencial político da população, mobilizando uma série de valências objetivas ou subjetivas que ajudavam a definir a cultura política nacional. Um exemplo com o qual se deparou o MEB foi em relação à organização política dos trabalhadores rurais. Muitos deles eram representados por sindicatos, sendo que alguns se baseavam nos princípios do socialismo. Assim, naquele contexto, a gestão das paixões políticas estava direcionada claramente para um inimigo, ora real, ora imaginário: o comunismo. O desenvolvimento de toda uma liturgia anticomunista pretendia inculcar na mente da população não apenas a aversão ao comunismo como uma expressão possível da política, mas também demonizar os seus fundamentos básicos na crítica ao capitalismo brasileiro. Tratava-

se de tentar gerir a paixão política daqueles trabalhadores e da população em geral. Para muitos, inclusive a Igreja, isso poderia ser feito através de práticas educativas.

Em função desta constatação, defendemos como argumento central que a luta anticomunista se encontrava na justificativa para a criação de projetos educacionais em países do então chamado Terceiro Mundo, com forte apoio e presença da Igreja Católica, como é o caso do MEB no Brasil, mesmo antes do golpe militar de 1964. Mas também na crise que levou a seu declínio nos primeiros dois anos após instaurada a ditadura civil-militar, uma vez que a ideologia que daria sustentação ao ciclo ditatorial tinha no anticomunismo um dos seus pilares. O impasse entre colocar-se contra a tentação comunista ou aliar-se ou assumir alguns dos seus princípios – a luta de classes, por exemplo –, ora reforçando, ora afastando-se do pensamento oficial da Igreja, produziu estudos, debates e reflexões que ajudam a dimensionar algumas ambivalências da sua concepção e atuação. Se o Movimento não sucumbiu imediatamente aos eventos desencadeados a partir do golpe de abril de 1964, como tantos outros movimentos de educação e cultura popular do período, não foi porque realmente sobreviveu em toda a sua plenitude. Retrocessos, mutações e transformações estruturais mantiveram vivo o nome, mas, talvez, não o projeto educativo que para a época se tornaria referência na educação popular.

A EDUCAÇÃO POPULAR EM UM MUNDO EM CRISE

O MEB nasceu oficialmente com a assinatura presidencial do decreto 50.370, de 21 de março de 1961, mas as suas origens remontam às “experiências de educação pelo rádio, promovidas no Nordeste pelo Episcopado Brasileiro” (MEB – Movimento de Educação de Base, 1963, p. 1). É importante mencionar que o uso do rádio com propósitos educacionais é anterior às escolas radiofônicas, tanto no nível nacional³ como internacional.⁴ Porém a organização e a forma sistemática com as quais estas

³ De acordo com Horta (1972), é possível encontrar iniciativas públicas e privadas que utilizaram o rádio com fins educacionais no Brasil, desde a década de 1920, iniciando com o Plano Roquette Pinto. Outras iniciativas foram: Rádio escola do Distrito Federal (1934); Confederação brasileira de Radiodifusão (1933), através da qual se criou a “Comissão Rádio Educativa”; Serviço de Radiodifusão Educativa (1937); Universidade do Ar da Rádio Nacional do Rio de Janeiro (1941); o Plano da Rádio Educadora do Brasil (1942); Universidade do Ar de São Paulo (1947); Plano Benjamin do Lago (1950); Experiência do professor Januzzi (1950); Plano Frei Gil Bomfim (1955); Plano de Ribas da Costa (1956); Sistema Radio Educativo Nacional – SIRENA (1958).

⁴ O uso do rádio com intenções educacionais remonta às suas origens. No entanto, é sobretudo na primeira metade do século XX que o rádio passa a ser amplamente utilizado como ferramenta de educação em países “subdesenvolvidos”, como documenta Grenfel Williams (1950). Em relação ao seu uso com fins educacionais pela Igreja Católica, a pioneira na América Latina foi a Acción Cultural Popular – ACPO. A iniciativa nasceu na Colômbia no ano de 1947, fundada pelo padre José Joaquín Salcedo Guarín. Baseava-se, metodologicamente, no uso combinado de meios massivos de comunicação, para a educação de base

foram propostas transcendem o simples propósito de difundir ideias e levar informações às populações pobres. Tratava-se de todo um processo de formação e transformação de mentalidades de um público bem definido: os camponeses de países “terceiro mundistas”. Sensibilidades estavam em disputa.

O convênio entre a CNBB e o governo de Jânio Quadros dividiu responsabilidades e garantiu orçamento para o funcionamento do MEB. Tanto a relação quanto a parceria entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro na década de 1960 são fundamentais para compreender a consolidação do projeto e as dinâmicas internas do MEB antes e posteriormente ao golpe civil-militar de 1964, além da disputa ideológica pelo controle da educação no país.

No projeto de criação apresentado ao presidente, eram descritos a realidade do analfabetismo no Brasil e os perigos que ele trazia para a sociedade em geral e para aqueles que por ela eram responsáveis:

As condições infra-humanas em que vivem milhões de brasileiros da zona rural – para não falar dos meios urbanos – e o despertar de aspirações que não chegam a se realizar, constituem grave problema social para quantos detêm uma parcela de responsabilidade em suas mãos, mas é sobretudo um desafio às instituições democráticas do país (...).

Há urgências gritantes de se abrirem aos nossos camponeses, operários e suas famílias as riquezas da educação de base, fundamental educação que chamaríamos de ‘cultura popular’. [...] não falamos do tipo de escola tradicional [...] seria impossível desta forma, hoje no Brasil, atingir milhões de analfabetos. Vamos apelar para o Rádio, para as Escolas radiofônicas (MEB, 1961a, pp. 1-2).

Seu projeto era ambicioso, e não abordaremos aqui o quanto seus promotores iniciais estavam ou não conectados com a realidade da miséria brasileira. Nas ênfases dadas pelos documentos, várias questões se colocam para explicar por que entendemos que a justificativa para a criação do MEB estava atravessada pela ambiência da Guerra Fria e da luta anticomunista no Brasil e no mundo. Mas, também, para compreender a proposta específica de uma educação de base ou fundamental na maneira como foi estimulada por organismos internacionais. Comecemos por esta última parte.

ou *educação fundamental cristã* de camponeses colombianos, através de Escolas Radiofônicas. Por isso é reconhecida como pioneira no uso da rádio para a alfabetização e educação das classes populares. Uma análise crítica a respeito daquela experiência pode ser encontrada em Urrea Quintero (2022).

EDUCAÇÃO POPULAR EM ESCALA TRANSNACIONAL

No início das atividades do MEB, a educação de base foi definida como “alfabetização em massa das regiões subdesenvolvidas do país; educação sanitária; iniciação agrícola; **iniciação democrática**; diversão sadia; formação cristã” (MEB, 1961b, p. 5, destaque nosso). A definição inicial se identifica com os discursos transnacionais pós-II Guerra Mundial de organismos como a UNESCO. A proposta de educação fundamental deste organismo se pretendia “universal”, mas flexível na possibilidade de se adaptar às características locais. Uma perspectiva para além das fronteiras nacionais era necessária na busca por garantir o avanço da paz nas relações entre os países, um dos *leitmotiven* pedagógicos pós-II Guerra Mundial. Alimentada, por sua vez, pelas lógicas desenvolvimentistas caras ao período, partia-se da ideia de que o diálogo entre as nações e a transferência de concepções educativas permitiria que países em estágios “superiores de desenvolvimento” ajudassem ou fossem referência para os outros, no caminho de atingir o mesmo nível de desenvolvimento (Roldán Vera & Fuchs, 2021). Ao final, no discurso desenvolvimentista, “todas” as nações poderiam chegar a se desenvolver seguindo alguns caminhos. Aí já podemos localizar um forte cariz ideológico em um discurso francamente eurocêntrico, algo que ajudaria a definir e disseminar uma hegemonia.⁵

Depois de duas guerras mundiais, uma das preocupações da UNESCO estava na educação como parte dos mecanismos para evitar novos confrontos bélicos, promovendo o desenvolvimento das comunidades, sobretudo “pouco desenvolvidas”. A agência parecia esquecer que a experiência monstruosa do nazismo, apenas para ficarmos em um exemplo, se deu em uma das nações mais ricas e poderosas do mundo à época.

É importante advertir sobre a conexão dos programas de educação fundamental com tentativas que visavam mitigar a fome, a doença e a “ignorância” em lugares onde, segundo os países desenvolvidos, poderiam emergir resistências ao capitalismo. Pouco apareciam preocupações com a transformação daquelas realidades fora dos marcos do desenvolvimentismo então em voga.

Se o imediato pós-guerra estimulava a voga desenvolvimentista e pacifista nos discursos hegemônicos ocidentais, passada a Segunda Guerra Mundial uma nova tensão recobriu as relações internacionais: a Guerra Fria. Definida como uma luta pela hegemonia mundial entre os Estados Unidos e a então União Soviética, ela invadiria

⁵ Não é nosso propósito, nos limites deste texto, discutir o conceito de desenvolvimentismo e as suas múltiplas expressões, sobretudo no Brasil, por não se tratar do nosso objeto e existir farto material sobre o tema. Contudo, é importante assinalar que a ideologia desenvolvimentista em suas muitas vertentes, está fortemente alicerçada no pensamento econômico que transforma todas as dimensões da vida, por ex., a educação, em mero insumo do que se entendia por um país desenvolvido. A sua disseminação se deu a partir de um conjunto de pressupostos estabelecidos por economistas e ideólogos liberais, tendo como modelo a ser perseguido um restrito grupo de países capitalistas considerados “desenvolvidos”.

diversas dimensões da vida dos países do “terceiro mundo”, aqueles considerados capitalistas pouco desenvolvidos (Denning, 2005). Essas nações, principais destinatárias daquela chamada educação fundamental, tornaram-se alvo privilegiado da disputa ideológica que naquele momento se acentuava. A América Latina, em particular, desempenharia um papel fundamental nesse cenário. Embora, como demonstra Motta (2021), a paranoia anticomunista tenha surgido muito antes, a Revolução Cubana em plena América aguçaria o fervor persecutório do *status quo* ocidental. Por esse motivo, programas com foco na educação das camadas populares e no desenvolvimento de comunidades tornaram-se alvo de investimentos de agências internacionais e de países como os Estados Unidos, que se colocaram como guardiões dos interesses liberais e capitalistas em todo o globo, em especial naquele continente. Nesse contexto, o perigo de qualquer forma de explosão social tinha nome, cor e nacionalidade: o comunismo, “o perigo vermelho”, os soviéticos. No caso específico do MEB, não falamos de apoio econômico direto dos Estados Unidos às suas iniciativas, mas sim das ideias disseminadas por aquele país (entre outros), tanto no contexto nacional quanto no internacional, no momento do seu surgimento.

A defesa da revista “O Cruzeiro”, do Rio de Janeiro, à ação dos bispos diante das “ameaças comunistas” permite ter uma aproximação a essa ambiência: “Dom Távora [...] conseguiu do ex-presidente Jânio decreto criando o Movimento de Educação de Base. [...] Organizou uma juventude agrária católica. Não fosse essa barreira de pregação – não fossem os bispos do Nordeste – a agitação comunista teria se aprofundado muito mais” (A igreja e ressurreição nordestina, 1964, p. 127).

Não é casual que alguém como Dom Helder Câmara, que se notabilizou pela sua atuação como defensor dos perseguidos políticos pela ditadura, além de ter assento no Conselho Federal de Educação no período, expressasse a importância do MEB no caminho do desenvolvimento “humano e cristão”, afastando a possibilidade de que o povo se levantasse contra a ordem estabelecida. Citado na matéria: *Igreja e Desenvolvimento*, do jornal A Ordem, do Rio Grande do Norte, ele afirmava que

A Igreja precisa, ademais, preparar o povo para o desenvolvimento, para que este não desça de uma cúpula. Eis porque a Igreja se lançou no Movimento de Educação de Base (o tão caluniado MEB) “para dar às massas em condições sub-humanas a base para sua realização humana e cristã”. Não quis apenas alfabetizar, porém abrir-lhes os olhos, despertar-lhes a consciência, **pois de qualquer forma os seus olhos se abririam amanhã e se poriam de pé com nós (Sic!) e contra nós.**

[...]

Cabe-nos lutar pelo desenvolvimento, de olhos abertos para salvar do fascínio marxista especialmente aos trabalhadores e universitários, para recordar as lições da ética do desenvolvimento aos Povos da abundância (Câmara, 1965, p. 1, grifos nossos).

Mas como passou o MEB de altamente reconhecido no país por seu papel para a educação e alfabetização das massas “subdesenvolvidas” a ser “caluniado”, como sugere Dom Helder? Vale a pena recuar ao processo de consolidação do Movimento no período entre 1961 e 1963. Naquele biênio foi produzida a identificação do MEB como movimento de cultura e educação popular e ganharam força as discussões no interior da Igreja Católica sobre a renovação da sua posição diante das questões temporais (e não apenas espirituais) e o engajamento dos seus militantes leigos no movimento de organização de camponeses e operários. Essas questões projetaram, aos olhos dos formuladores do discurso anticomunista, um setor da Igreja, considerado progressista, e algumas das suas organizações, entre elas o MEB. Isso desencadeou, no seu interior, a necessidade de produzir argumentos que procuravam demonstrar que o Movimento não era comunista e, por conseguinte, que o seu projeto educacional não era “comunizante”, revolucionário ou subversivo. Em muitos casos, o Movimento questionava se deveria assumir uma posição política, além de educar. Ou seja, não era consenso que a educação era parte da luta política, como viria a ser consagrado mais tarde em uma perspectiva que se considerava progressista.

No entanto, se nos seus princípios o MEB se encaixava dentro dos marcos da UNESCO, os seus processos de crescimento, penetração nas zonas rurais e leitura da realidade social e política do país, por parte principalmente dos leigos e estudantes universitários, produziram uma série de transformações na concepção e nas suas formas de agir, caracterizando momentos de intenso debate e de crise interna.

O MEB DESCORTINA A REALIDADE BRASILEIRA

Em dezembro de 1962, em Olinda, foi realizado o I Encontro Nacional de Coordenadores do Movimento. É consenso entre os pesquisadores sobre o MEB afirmar que este encontro foi o nascimento de uma nova etapa no Movimento, de uma visão mais engajada aos interesses das chamadas classes populares. Entre o novo impulso deste Encontro e a possibilidade de contar com recursos suficientes – de acordo com Fávero (1982), a primeira e única vez que isso aconteceria –, o ano de 1963 seria muito fértil para o Movimento, que teve um importante crescimento quantitativo, um processo de melhor definição ideológica e obteve o reconhecimento no nível nacional como movimento de Educação e Cultura Popular. Tal reconhecimento se deu nos marcos da realização do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, em setembro de 1963. Ali, diferentes movimentos se reuniram em Recife para compartilhar experiências de trabalho sobre educação e cultura popular. O evento foi fundamental para compreender a ambiência na qual se produziu a transformação do próprio MEB.

Como afirmam Soares e Fávaro (2009), entre a segunda metade da década de 1950 e inícios da década de 1960, diversos movimentos de educação e cultura popular

surgiram no Brasil. Fávero (2006, p. 51) define essa emergência como uma transformação das campanhas de alfabetização de décadas anteriores. As novas propostas eram qualitativamente diferentes por assumir um compromisso “em favor das classes populares urbanas e rurais, assim como o fato de orientarem sua ação educativa por uma ação política” (Fávero, 2006, p. 51). Os militantes pela educação popular pareciam adquirir consciência de que a educação era insuficiente para, de fato, libertar os pobres da sua condição.

A emergência de todos estes movimentos, quando observada através dos anos, evidencia um período rico de produções alternativas e de buscas por caminhos diferentes para a educação e a participação das camadas populares na construção de outras condições de vida nos países capitalistas. Porém, em plena era de acirrada disputa ideológica, essas formas alternativas foram lidas como subversivas e perigosas, tanto antes e, principalmente, posteriormente ao golpe militar de 1964. Inclusive, como no caso do MEB, mesmo quando se mantinham nos marcos da Igreja Católica na tentativa de definir propostas e ações educativas. De acordo com Beisiegel (1982, p. 199 como citado em Fávero, 2006, p. 196), os projetos educativos desses movimentos eram, por sua vez, expressões de projetos políticos maiores comprometidos com a “transformação pacífica da sociedade”, pela qual rejeitaram apenas “determinadas expressões de funcionamento da sociedade capitalista e não o próprio modo de produção capitalista como um todo”. Assim como o MEB, muitos desses movimentos possuíam vínculos com a Igreja Católica, seja através dos Bispos ou dos grupos de militantes católicos. Os leigos militantes circulavam conectando ideias, práticas e discursos. Termos como cultura popular, conscientização (tomada de consciência), educação popular faziam parte do seu vocabulário comum.

É notório, pela revisão dos jornais entre 1960 e 1966 por nós analisados, que o MEB era reconhecido como uma organização para a educação de camponeses com o aval tanto da Igreja Católica, através da CNBB, como do Estado, através do suporte econômico e do reconhecimento oficial, apesar dessa filiação não aparecer com muita frequência, tampouco constar em impressos de grande circulação. No entanto, é possível encontrar, a partir de 1963, algumas matérias e colunas de opinião que começavam a colocar em questão o trabalho “cristão” do MEB, por compreendê-lo como Movimento alinhado ao comunismo. Muitas das críticas disseminadas pela imprensa eram oriundas da própria Igreja.

No Maranhão, Dom José Delgado, arcebispo de São Luís e vinculado ao MEB, escrevia com frequência no Jornal do Maranhão e mostrava a preocupação em relação aos “extremos” nos quais os jovens do MEB poderiam cair:

Ao ser iniciado o trabalho do MEB, em São Luís, tive a lembrança de aconselhar aos seus dirigentes a conveniência de uma aproximação com as organizações especializadas de Ação Católica Juvenil, incluída a JAC, na zona rural, sendo minha intenção proteger os

jovens no Maranhão, de qualquer perigo de alienação política, sobretudo, na bela fase da vida em que, ou se encontram causas nobres ou se abraçam as mais ignóbeis desde que tenham boas aparências (Delgado, 1963, p. 7).

A advertência do religioso era feita a partir da constatação de que alguns “jovens apóstolos de Ação Católica, em JEC, JOC e JUC na sua atividade comunitária tinham contato com movimentos estranhos com funções políticas, sem excetuar grupos e entidades de linha marxista” (Delgado, 1963, p. 7).

Apesar das precauções tomadas pelo Arcebispo, no mesmo jornal aparecem críticas severas ao MEB e à ação dos seus membros, que já anunciam os ventos reacionários:

[...] essa estranha educação de base que vem sendo feita pelo MEB, se resume em negar, de modo claro ou sutil, todos os valores já confirmados pela sociedade brasileira e em gritar ao ouvido do lavrador que ele é mísero, misérrimo, miserável e miserando, [...] não sendo o lavrador um poder constituído, não sendo a mais das vezes nem mesmo eleitor, imbuir-lhe (sic!) essa ideia errônea será convidá-lo à ação imediata, ao emprego da força, à fricção social em luta contra as classes que confinam com a sua. Mais do que o convite, a incitação – isso já é a pedagogia da luta de classes (Muezim, 1963, p. 8).

Também no Diário de Pernambuco, um redator (identificado com M.A.A.) dedicou em um par de ocasiões sua coluna “Informativo Econômico” ao MEB:

Não tenho prevenções pessoais contra o Movimento de Cultura Popular ou o Movimento de Educação de Base (MEB), que estão sendo, no Pernambuco de hoje, as pontas avançadas do esquerdismo brasileiro junto às massas – urbanas e rurais – e à juventude inexperiente e frustrada. O MEB é um desses movimentos ingênuos, integrados por um grupo de mocinhos e mocinhas que acreditam, por uma dessas inspirações comuns nos anos juvenis, ser possível a salvação da humanidade contra a “burguesia decadente”, mesmo às custas de uma aliança com o comunismo.

[...] A maior contradição, não é entre os leigos que formam a Igreja, mas entre os próprios padres, que realizam o seu ofício de sacerdotes e se deixam envolver pelas manhas e artimanhas do partido comunista no Nordeste (M.M.A., 1963, p. 4).

Ambos os registros apresentam pontos importantes que foram uma constante na discussão sobre o trabalho do MEB, antes e após o golpe de 1964. O trabalho de “conscientização”, ponto central da educação para o MEB, era tomado como algo que aumentaria a “aflição dos humildes” (“Clero reage”, 1964, p. 4). O trabalho do MEB desenvolveria não só a angústia diante da realidade do “homem do campo”, como também incitaria sua reação violenta. Uma lógica a partir da qual não fazia sentido que as pessoas sentissem, compreendessem e buscassem a transformação da realidade, pois, na sua “insignificância”, pouco poderiam fazer. E esse pouco poderia ser nocivo não só para elas, mas também para a ordem nacional. Falas como essas vieram também de dentro da Igreja. Ou seja, independentemente de ter orientação socialista ou comunista, o que nunca foi o caso, a simples prática política e educativa que propunha questionar as condições de vida da gente comum era imediatamente caracterizada como subversiva, comunista. Note-se que na citação anterior o autor do texto fazia críticas que, alguns anos depois, seriam dirigidas aos religiosos seguidores da Teologia da Libertação. Esse aspecto ajuda a entender como se trata de disputa ideológica e hegemônica pela (re)definição de sensibilidades políticas.

No ano de 1963, o MEB preparava a publicação de uma série de materiais didáticos que buscavam dar resposta à sentida necessidade, por parte de monitores e coordenadores, de “leitura(s) apropriadas para sua ação educativa” (MEB, 1963a, p. 52). De acordo com o relatório de 1963, foi designada uma comissão para debater e definir as formas de execução do almejado livro de leitura. Ela apresentou o seguinte relatório:

O livro de leitura deverá levar uma mensagem com a qual o homem do campo se identifique; o livro de leitura focalizará uma região, o Nordeste, onde sua ação é mais ampla e, posteriormente, serão providenciadas adaptações, ou outros livros, para outras regiões. Os objetivos do livro de leitura deverão ser: alfabetização e conscientização, procurando dar uma visão transcendental do homem e despertando-o para o engajamento concreto em organizações profissionais, organizações de classe e grupos que visem ao desenvolvimento das comunidades; os aspectos formativos e informativos serão baseados no valor da pessoa humana. (MEB, 1963a, p. 52)

Observe-se que não é feita nenhuma referência aos princípios que definem o comunismo. Ao contrário, toda a fundamentação ali expressa segue princípios há muito disseminados e defendidos pela doutrina da Igreja Católica. O livro serviria como texto de leitura e como manual de gramática para aqueles camponeses que já tinham sido alfabetizados por meio de outras cartilhas não adequadas à sua realidade e à sua linguagem. No final da cartilha intitulada “Viver é lutar”, os autores explicavam as escolhas que tinham feito, em termos gramaticais e em relação ao uso

de expressões populares, na busca por estabelecer “uma comunicação real com o povo”. Mas isso não livraria o texto de acusações sobre “erros vergonhosos de português” (Chagas Freitas, 1964, como citado em MEB, s.d., n.p.). Não é nosso objetivo fazer uma análise de forma e conteúdo da cartilha, o que já foi feito por autores como Alves e Tonetti (2021). Compreendemos que esse texto se converteu na justificativa para colocar em questão o trabalho do MEB e defini-lo como “subversivo” às portas do golpe militar. Nesse sentido, é importante manter no horizonte o objetivo que definiu o MEB na sua intenção educativa: a “conscientização” dos camponeses.

Em 20 – 2 – 64, foram apreendidos 3000 exemplares do livro de leitura VIVER É LUTAR, na Companhia Editora Americana, por ordem do Governador da Guanabara [Carlos Lacerda], que tinha recebido denúncias quanto a estarem sendo impressas ‘cartilhas comunistas, por ordem do Ministério da Educação’.

O MEB ignorava que a Empresa Gráfica Brasil Ltda. tivesse contratado os serviços da Gráfica Americana, por haver necessidade de urgência na ultimação dos trabalhos.

Os 3000 exemplares do livro correspondiam à parte da última remessa dos primeiros 50.000 exemplares, dos quais 45.000 já tinham sido despachados para os sistemas do MEB (MEB, s.d., p. 3).

De acordo com uma coluna de opinião de Geir Campos no Jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, a editora onde estavam sendo impressas as cartilhas no momento da apreensão era a mesma onde se imprimiam milhares de exemplares do livro “Carreirista da Traição”, do jornalista Epitácio Caó. Nele o autor “faz um balanço das contradições ideológicas, teóricas e sobretudo práticas, do citado governador” (Campos, 1964, p. 8). Exemplares deste livro também foram apreendidos. A mesma editora produzia, também, o jornal PANFLETO⁶, idealizado pelo deputado Leonel Brizola. O argumento do MEB, na voz do seu presidente Dom José Vicente Távora e de sua secretária geral Marina Bandeira, era que a apreensão se tratava de um equívoco. Esta última declarou para a Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro, em 22-23 de fevereiro de 1964, que “considera o MEB que a diligência policial tinha por fim a apreensão de outras publicações realmente subversivas acreditando que, finalmente venha a ser liberada a publicação de ‘Viver é lutar’” (“MEC não sabe dos livros”, 1964, p. 3). A crítica a Carlos Lacerda, em ambos os impressos, era explícita, no entanto o governador afirmou que a denúncia era sobre as cartilhas, e nunca retirou suas palavras a respeito do conteúdo qualificado como “subversivo”.

⁶ Vale a pena mencionar que o jornal PANFLETO do Frente de Mobilização Popular (sob a Liderança de Leonel Brizola) publicou a cartilha na íntegra, com comentários sobre o incidente da apreensão e com questionamentos às acusações do Carlos Lacerda ao conteúdo.

O incidente da apreensão e as consecutivas chamadas dos principais responsáveis pelo MEB para prestar depoimentos foram cobertos pela imprensa nacional. Notas de denúncia das “cartilhas subversivas” e, também, de rejeição à ação do governador e da DOPS permitem vislumbrar como a imprensa noticiou e ampliou o debate sobre o “perigo comunista”, preparando o caminho para 1º de abril.

No dossiê “Repercussões da Imprensa/Conjunto didático Viver é lutar”, elaborado pelo MEB (s.d.) e com a cobertura do incidente nos jornais da Guanabara, foram encontradas as seguintes manchetes no primeiro dia após a apreensão:⁷

“Violada Liberdade de Pensamento” (*Correio da Manhã*);
“Apreendidos três mil impressos subversivos” (*O Globo*); “Cartilha que DOPS apreendeu por subversivas são encomenda do MEC” (*O Jornal*); “Lacerda manda invadir Gráfica e apreender as cartilhas dos Bispos” (*Jornal do Brasil*); “Alvo da Cartilha era conduzir os lavradores à luta” (*Diário de Notícias*); “Polícia de Lacerda invade Gráfica e apreende Cartilhas do Bispo de Belém” (*Última Hora*); “Edição *Viver é Lutar* apreendida pela DOPS” (*Diário Carioca*); “Chefe de Polícia explica a diligência na Gráfica: Cartilhas subversivas apreendidas pertencem a Bispos Cor de Rosa” (*A Notícia*). (MEB, s.d., p. 2)

A leitura das manchetes em conjunto é emblemática das formas através das quais a imprensa moldava a opinião pública. O mesmo incidente poderia ser analisado das mais variadas formas, o que não se trata só de uma questão de análise subjetiva dos pesquisadores que produziram aquele documento. Neste caso específico, pouco mais de um mês antes do golpe militar que instauraria a odienta ditadura, a forma pela qual aquele incidente era noticiado é mostra da ambiência de tensão política, disputa ideológica e definição hegemônica e explícita o projeto político de cada jornal.

Vários diários manifestaram repulsa à forma de coação à liberdade de expressão por parte de Carlos Lacerda, ator importante na acentuação do autoritarismo anticomunista. Assim, por exemplo, o *Correio da Manhã* (1964) se referia ao incidente no seu editorial de 21 de fevereiro de 1964:

Esta última violência policial do governador da Guanabara constitui mais uma demonstração acintosa de sua intolerância, de sua total incompatibilidade com o regime democrático. Ele afirma mais uma vez, o seu propósito obscurantista de destruir as liberdades

⁷ Foi feita revisão dos diferentes diários citados pelo dossiê para confirmação das manchetes. Todos conferem. Só não tivemos acesso ao diário *A Notícia*.

individuais e coletivas como se o País não estivesse disposto a defendê-las (“Editorial”, 1964, p. 1).

No geral, a repulsa maior era à ação do Lacerda, porém houve, também, um importante apoio à cartilha Viver é Lutar e questionamentos ao qualificativo de “subversivas”. Ainda, é importante salientar que Dom José Távora, presidente do MEB, teve possibilidade de publicar uma ampla defesa do trabalho educativo do Movimento. Como o MEB estava sendo denunciado como “subversivo” e alinhado ao comunismo, a defesa do religioso, seu idealizador, procurava justificar a sua ação dentro dos marcos da doutrina da Igreja, sem vinculação a qualquer aspecto da doutrina comunista. Podemos destacar alguns exemplos das formas como foram cobertas as declarações e os depoimentos escritos do Arcebispo.

Dizendo que o Movimento de Educação de Base “procura promover o povo e nunca massificá-lo”, dom Távora declarou ontem que “o trabalho do MEB é de orientação cristã e executado por pessoas que tem consciência de que uma solução materialista para o Brasil seria uma medida desastrosa” (“Dom Távora: MEB eleva o povo sem massificá-lo”, 1964 p. 6).

‘As cartilhas do MEB’ – declarou Dom José Távora, arcebispo de Aracaju – ‘são da mais pura ortodoxia. Se um espírito prevenido se apega a uma frase isolada, dentro de um contexto, pode fazer inclusive exploração. Mas se toma o todo, o fim a que ela se destina, não pode fazer qualquer juízo injusto’ (Távora, 1964, p. 25).

Na sexta-feira, 27 de março de 1964, o *Última Hora* publicava fragmentos do depoimento de Dom José Távora ao DOPS.

Ocorre-me dizer a V.S. que os constrangimentos a que me refiro, tocam de perto um trabalho educativo de grande alcance social de Arcebispos e Bispos, sobre o qual é lançada dúvida ideológica com suposição mesmo de serviço ao comunismo. Mais do que ninguém, nós, os Bispos, que representamos a Igreja sabemos distinguir entre comunismo e catolicismo (Távora, 1964, p. 7).

Como era de esperar quando consideramos a luta hegemônica, imediatamente a sua posição foi enaltecida como antídoto contra a pretensa onda comunista:

Após declarar-se taxativamente anticomunista, d. José Távora ressaltou que sua posição firme, de guarda e pregador do evangelho, não lhe dá o direito de parecer omisso diante das injustiças sociais,

‘assim como não admito o ódio entre os homens e as classes’
 (“Cartilhas não são comunistas”, 1964, p. 3).

Nos textos que pretendiam defender o MEB, ficavam menos claros o conteúdo da Cartilha e o trabalho do Movimento em relação àqueles que a atacavam. A opção por enfatizar o *não ser comunista* passa a impressão que se deixou de lado a oportunidade para fazer uma discussão aberta sobre o objetivo educativo e a importância da temática abordada por *Viver é Lutar*. Podemos conjecturar tratar-se de uma posição defensiva diante do avanço do autoritarismo. É possível que o contexto não tenha sido favorável para propor uma discussão mais densa sobre a miséria brasileira, sobretudo dadas as condições que foram postas depois do 1º de abril de 1964. Assim, urgia livrar-se de qualquer pretenso nexo com um pensamento contra hegemônico. Na veia reformista católica certamente não estavam postas aproximações com o comunismo. Daí que, no movimento de aproximar-se e distanciar-se de um ideal político que se baseava na supressão da propriedade privada e na luta de classes, e que mobilizava parte dos trabalhadores, dos estudantes e mesmo da classe média urbana naquele período, o MEB tenha se mostrado ambivalente em relação a acatar de forma absoluta ou flexibilizar, em alguns casos, as diretrizes da Igreja Católica em relação à sua repulsa pela doutrina comunista.

Além de ter que se defender das acusações na opinião pública disseminadas pela imprensa, também não recebeu o apoio suficiente do MEC, ou mesmo da hierarquia católica. No caso do MEC, a sua posição era típica da burocracia que alimentava a sanha repressiva:

O Ministério de Educação e Cultura distribuiu nota ontem declarando desconhecer completamente o teor da cartilha “Viver é lutar” mandada imprimir pelo Movimento de Educação de Base, órgão da Conferência dos Bispos do Nordeste (SIC!) (“MEC não sabe dos livros”, 1964, p. 3).

Já por parte da hierarquia católica, Dom Jaime Câmara, que tinha recentemente deixado a presidência da CNBB, por estratégia ou covardia, só dificultava o trabalho do Movimento, que procurava defender os princípios do seu trabalho, mas via crescer o descrédito em relação à sua atuação, tornando mais difícil combater os seus detratores:

O cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, reagiu com veemência, ontem ao noticiário da imprensa sobre a invasão da gráfica Americana e a apreensão de cartilhas do Movimento de Educação de Base, esclarecendo que nada tem a ver com esses livros que a polícia considera subversivos.

O cardeal declarou-se disposto a ir à televisão para afirmar de público que não é responsável nem tem conhecimento de tudo que se passa no andar térreo do palácio São Joaquim, hoje entregue exclusivamente a um setor da Conferência Nacional dos Bispos, que encomendou as cartilhas (“Cardeal diz que nada tem com cartilhas apreendidas e ignora a ação de bispos”, 1964, p. 5).

É importante pensar no contexto no qual o MEC teve que afirmar não ter conhecimento da cartilha. O argumento é factível, uma vez que o MEB não precisava de autorização direta, sendo o seu trabalho autônomo. Porém, no clima pré-golpe, foi explorado por alguns o fato de que o dinheiro do Ministério da Educação e Cultura, na presidência de João Goulart, estivesse produzindo “material comunizante”. No *Diário da Noite*, por exemplo, foi afirmado que o “[...] Movimento de Educação de Base, organismo que embora pertença à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil está, devido ao convenio feito com o Ministério de Educação para o recebimento de verbas governamentais, contaminado pelos propagandistas do credo vermelho” (“Penúria sujeita o SERB à orientação comunista”, 1964, p. 2).

Com relação às autoridades eclesiásticas que lavaram suas mãos diante do incidente, veremos adiante como a ala mais conservadora da Igreja determinou o processo de alinhamento com o regime ditatorial instaurado a partir do 1º de abril de 1964. E mesmo religiosos como Dom José Távora e Dom Hélder Câmara, para lembrar de dois personagens importantes em causas educacionais, não deixavam de expressar o seu anticomunismo sempre que podiam.

Apesar da crítica – não incomum – à censura de Carlos Lacerda, notícias vagas e confusas sobre o incidente e colunas de opinião sobre o trabalho “comunizante” do MEB parecem ter tido maior repercussão do que aquelas de apoio e esclarecimento. Por anos, o MEB precisou defender-se pela iniciativa de produzir a cartilha *Viver é lutar* e justificar toda sua atuação fora dos marcos da política. Se antes daquele evento já precisava se defender em nível local, nos estados onde atuava, após a apreensão da cartilha, a tentativa de defesa passou a se dar em nível nacional. O exemplo pode ser buscado em uma longa coluna publicada por ninguém menos que Eugênio Gudin, em *O Globo*, um dos “grandes” jornais de circulação nacional, que desde sempre apoiou a violência golpista e ditatorial. Observemos algumas passagens da sua argumentação, uma pérola do anticomunismo desbragado.⁸

⁸ Eugênio Gudin é considerado um dos pais da economia liberal brasileira. Engenheiro tornado economista, pode ser caracterizado como um dos formuladores do neoliberalismo no Brasil (Bielschowsky, 2001). Assumidamente conservador, defensor de uma economia modernizante-conservadora de viés liberal-internacionalista, foi crítico mordaz de João Goulart e apoiou a sua deposição e a ditadura que a ela se seguiu. A sua sanha anticomunista não deveria soar estranho, sobretudo em um momento de grande disputa hegemônica no mundo. Ela se manifesta, sobretudo, nos seus ataques à parcela progressista da Igreja Católica que, como vimos observando, não compactuava com o ideário comunista. O seu texto em

O título VIVER É LUTAR já é expressivo, para uma cartilha supostamente organizada para a alfabetização. Mais expressivas ainda as fotografias que ilustram todas as páginas da cartilha: quadros de miséria, de subnutrição, de trabalho árduo etc.

[Seguem-se trechos da cartilha]

Se isto não é cartilha feita para instigar povo à Revolução e fazer propaganda do Comunismo com Deus Nossa senhor, não sei que outra coisa será.

Sem quebra do respeito que me merecem os padres sinceros, devo dizer que o procedimento dessa ala comunista do Catolicismo, à qual se filia dom Távora, resulta de uma IGNORANCIA ESPECIALIZADA E INADMISÍVEL em quem quer ensinar os outros a ler.

A fórmula mais geral dessa ignorância é a de que todo ser humano TEM DIREITO a um padrão de vida digno, a saber: nutrição, vestuário, moradia, repouso etc. Isto é uma proposiçãoasnática, porque absurda. Em qualquer país do mundo o total dos bens materiais a repartir não pode exceder o valor da Renda Nacional, isto é, o valor (salvo detalhe) de produção de mercadorias e serviços do país inteiro.

Não é possível distribuir mais do que se produz. [...] A produtividade, é que decide entre riqueza e pobreza ou miséria. [...]

Há países ricos como o Estados Unidos em que o bolo dá uma fatia equivalente a 2500 dólares “per capita” por ano; há outros, como o Brasil, em que a fatia não atinge 300 dólares e outros ainda, como a Índia em que não excede 100 dólares.

Quem diz ao povo do Brasil que ele TEM DIREITO a um padrão de 1000 dólares por ano, correspondente a uma vida “digna” e que está SENDO EXPLORADO, pratica UMA BURRICE E UMA MALDADE, além de mentir.

Que há desigualdade na distribuição dos 300 dólares “per capita” no Brasil, ninguém nega. E em que país não há essa desigualdade? Na Rússia, já o tenho repetido, a renda disponível do trabalho varia de 1 a 40, contra 1 a 17 nos Estados Unidos. Que o imposto de renda é mal arrecadado no Brasil, como o é na Itália, na Espanha e na França, todo mundo sabe; mas os que pagam, pagam duro; mais até do que nos Estados Unidos [...] (Gudin, 1964, p. 2).

A coluna de Gudin permite perceber alguns aspectos que são recorrentes no conjunto das matérias a respeito da disputa hegemônica: a total “ignorância” ou má fé das pessoas que defendem princípios comunistas, a sutileza da penetração comunista na realidade social e a instigação à revolta com fins utópicos. Seu texto é eivado de ironias, deslinda boa parte dos problemas da pobreza e da miséria no Brasil, mas convenientemente sem qualquer alusão às suas causas estruturais. Tratar-se-ia,

O *Globo* é um primor da luta ideológica, da disputa por hegemonia e de defesa do *status quo*. Sobre a trajetória e a obra do Gudin, pode-se consultar a biografia realizada por Scalercio e Almeida (2012) [Scalercio, M., & Almeida, R. de. (2012). *Eugenio Gudin: Inventário de flores e espinhos*. Insight].

apenas, de assumir que alguns trabalhariam mais do que a maioria e, consequentemente, teriam mais riquezas que os demais.

No geral, na maioria das fontes analisadas, os ataques são superficiais e não permitem saber exatamente o que se combate, para além do “materialismo ateu”. Como analisa Oliveira (2021) ao definir o “anticomunismo” no dicionário dos “antis”, não é necessária a existência real do comunismo, nem sequer a compreensão sobre o que este seria, para que tenha sido possível a existência histórica do “anticomunismo” e todas as desgraças que ele causou.

O grande ruído causado pelas cartilhas do MEB foi aprofundado após o golpe civil-militar. Perseguições, encerramento de atividades em vários estados e clima de tensão nas atividades em campo. Bilhão e Alves (2024), para analisar o incidente da cartilha para além do dossiê preparado pelo MEB, recorreram à correspondência dos seus monitores, a qual demonstra que as dúvidas sobre se eram ou não católicos, se eram ou não comunistas, minaram a confiança dos camponeses e prejudicaram o trabalho em campo.

Sabidamente os primeiros anos da instauração do regime militar atingiram a ala mais progressista da Igreja Católica para além do MEB; assim, as cartilhas e alguns programas de rádio continuavam a ser utilizados como exemplos da “comunização” no seu interior.

A “Exposição de Material Subversivo” inaugurada nesta capital pelo comando da ID-4 está provocando protestos nos círculos católicos mineiros em virtude da inclusão, como organismos auxiliares do Partido Comunista, das organizações religiosas da Ação Católica – JUC, JIC, JOC, JEC – a Ação Popular e o Centro Popular de Cultura, além do Movimento de Educação de Base, este vinculado diretamente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Também a Cartilha editada pelo Movimento de Educação de Base [...] figura como um dos documentos altamente subversivos, ao lado de painéis sobre o Muro de Berlim e a Revolução Cubana, de cartazes, manifestos, folhetos e livros considerados “comunizantes” e até correspondência particular de dirigentes estudantis e de uma metralhadora de mão e vários mosquetões (“Exposição da ID4 irrita católicos”, 1964, p. 14).

Alguns religiosos tentaram reagir àquele tipo de denúncia, como vimos em relação a Dom José Távora, sempre apelando para a Doutrina Social da Igreja e tentando manter distância em relação a qualquer tipo de conexão com o ideário comunista. Mas resta evidente que essa ala progressista e minoritária da Igreja, apesar de contar com bispos importantes, terminou sendo ofuscada pela ala mais conservadora, majoritária. Não por acaso, em um primeiro comunicado oficial do encontro da CNBB logo após o golpe, o qual foi veiculado em quase todos os jornais

de maior circulação no país, além de todos os impressos católicos consultados, a CNBB iniciava a sua mensagem elogiando “o movimento vitorioso da Revolução” (“A voz autorizada dos Revmos. Snrs. Arcebispos”, 1964, p. 1). A Conferência afirmava que: “Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra” (“A voz autorizada dos Revmos. Snrs. Arcebispos”, 1964, p. 1). O apoio da Igreja ao golpe era explícito. No mesmo documento, que ressaltava a importância da busca pela “restauração da ordem” trazida pela “Revolução” e agradecia a “Deus pelo êxito incruento de uma revolução armada”, condenava os ataques violentos a organizações católicas, sacerdotes e leigos. Mas, longe de colocar-se como possibilidade contra-hegemônica, reconhecia que existiram “facilidades e abusos por parte de um ou outro elemento que burlou nossa vigilância, ou de seu próprio idealismo, da falta de malícia ou de inadequada apreciação dos fatos” (“A voz autorizada dos Revmos. Snrs. Arcebispos”, 1964, p. 1).

Em outro documento no qual cita o caso do MEB, a CNBB (17 de junho de 1966) discorre sobre “erros ou falhas naturais em instituições humanas” (“Importante reunião da Comissão Central da CNBB”, 1966, p. 3). Não fica claro quais teriam sido os erros ou falhas dentro do trabalho do MEB, deixando nebuloso o seu projeto pedagógico e político, pois, com essas afirmações, só ficaria em pé uma instituição educadora que atuasse nos marcos da “simples” alfabetização e evangelização. E mesmo que não fosse uma iniciativa crítica das bases estruturais da sociedade brasileira, desde a sua gênese, o Movimento almejava mais. Feita a ressalva sobre os possíveis abusos dentro da organização, o que isentava a hierarquia e apaziguava os ânimos com os militares golpistas e seus apoiadores, os bispos e arcebispos afirmaram o seguinte:

não aceitamos, nem jamais poderemos aceitar a acusação injuriosa generalizada ou gratuita, velada ou explícita, de que bispos, sacerdotes e fiéis ou organizações, como, por exemplo, Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), sejam comunistas, ou comunizantes. Isto se deve às vezes, à própria tática comunista; outras vezes a certos elementos inconformados com a atitude aberta e corajosa de verdadeiros apóstolos da Igreja, do clero e do laicato, que pregam a sã doutrina, seja contra o comunismo, seja contra gritantes injustiças sociais e focos de corrupção ou de degradação dos valores morais (“A voz autorizada dos Revmos. Snrs. Arcebispos”, 1964, p. 1).

O processo de lavar as mãos pelo qual passou a Igreja, que, como mostra o excerto acima, era explícita em criticar o “perigo comunista”, mas nunca usou qualquer expressão que aludisse diretamente ao capitalismo e suas mazelas, foi mais

claro com o tempo. Num primeiro momento, vários bispos e arcebispos, principalmente aqueles diretamente vinculados ao MEB ou à pauta educacional, como Dom José Távora, Dom Helder Câmara e Dom José Delgado, saíram em defesa do Movimento. Porém, à medida que a imprensa veiculava reportagens, matérias e colunas de opinião que procuravam atenuar a responsabilidade da instituição católica, terminava-se por condenar o Movimento, alegando que seriam os leigos os que abusaram da confiança e “ingenuidade” dos padres, o que implicaria que existiam problemas a serem sanados no seu interior: “os editores do livro já assumiram a responsabilidade de sua publicação, isentando assim, a Conferencia Nacional dos Bispos de participação no empreendimento” (“Dom Távora não será ouvido no inquérito da cartilha comunista”, 1964, p. 2). Note-se que o registro entrava em contradição direta com as palavras do próprio Dom Távora, quem assumira que a iniciativa era eminentemente educativa e tinha conhecimento dela. Dessa forma, a estratégia de colocar a culpa nos leigos foi usada pela Igreja na busca por mostrar uma unidade que de fato não existia, mas também de não comprometer as suas relações com as “elites” golpistas que governariam o país pelos quase 25 anos subsequentes. Do ponto de vista do MEB, talvez aquela estratégia tenha representado uma rota de possibilidade para a continuidade do Movimento, mesmo que ele sofresse profundas reestruturações.

Já sob novos ventos ditoriais, o *Correio da Manhã* de 4 de junho de 1964 apresenta os bastidores da primeira reunião dos bispos pós-golpe, que teria levado às seguintes declarações:

Uma alta fonte eclesiástica disse-nos, antes da publicação do documento, que ele “poderia ser decepcionante para muitos intelectuais e militantes católicos”, mas que a Igreja, sobretudo numa hora difícil para a vida do Brasil, deve apresentar-se unida, “para que não haja equívocos nem explorações” (Alves, 1964, p. 6).

Essa unidade, interpretando as palavras expressas pela fonte, buscou ser feita a partir de “concessões mútuas”, no típico jogo de acomodação que a cultura política brasileira sempre mobilizou (Motta, 2009, 2021). Nela, por um lado, a Igreja se mantinha junto ao *status quo* e se alinhava à nova hegemonia política, golpista, antidemocrática e ditatorial; por outro, defendia seus sacerdotes e leigos, claro, sem negar a necessidade de um “expurgo” se isso fosse necessário. Obviamente aquele arranjo foi positivo do ponto de vista hegemônico, pois a Igreja Católica seguiu perfilando ao lado dos poderosos e dos vencedores. Mas aquela unidade cobrou o seu preço pela sua artificialidade, pois implicou o silenciamento de uma parte do clero e das organizações católicas efetivamente preocupadas com os interesses da gente comum, sobretudo a população pobre e trabalhadora, fosse rural ou urbana.

A reestruturação do MEB sob novas diretrizes foi anunciada pela CNBB e posta em marcha ainda em 1964. Porém a situação tornou-se insustentável para os militantes leigos mais engajados que continuaram na organização mesmo após o fechamento de vários dos sistemas no país em 1964, principalmente aqueles mais politizados. Grande parte deles só viria a deixar o Movimento em 1966 quando foi vivenciado outro processo de reestruturação, não sem antes explicitar sua rejeição às novas diretrizes e à submissão ao ideário oficial do MEC. Em carta endereçada à Secretaria Geral do Movimento de Educação de Base (MEB, 1966), sem assinaturas, militantes demonstraram sua inconformidade com a dependência do MEC. Para eles, as pressões do governo comprometiam a autonomia e autenticidade do Movimento, contrariando o “compromisso assumido também como membros da Igreja, com o povo brasileiro.” (MEB, 1966, p. 4). Ou seja, o MEB perdia uma parte das mais importantes da sua base de sustentação como movimento que se pretendia popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho não pretendeu analisar o MEB e seu projeto político e pedagógico em profundidade, mas compreender os dilemas do Movimento diante da luta hegemônica do período, em especial no que tange ao anticomunismo e às suas relações com a Igreja. Ainda que tateasse sobre a melhor forma de atuar junto à gente comum, algo normal para um movimento em construção, apenas a paranoíta autoritária poderia enquadrar a sua atuação nos marcos da ideologia comunista. A leitura dos documentos mostra que não havia qualquer explicação consistente do que seria “comunizante” na sua ação. Ao contrário, registros como os de Eugênio Gudin são límpidos para comprovar que se tratava de disputa por poder, controle e privilégios de alguns poucos sobre a maioria. Daí conservadores e reacionários acusarem qualquer iniciativa de orientação popular como sendo comunista, pois certas franjas da população aparecem sempre como necessitadas de controle. Nesse sentido, trata-se da luta pelos corações e mentes dos mais fracos, de ideologia, de disputa hegemônica.

Na pedagogia do MEB e da Igreja Católica, “conscientização” seria suficiente para que alguém pudesse fazer escolhas acertadas e transformar a sua realidade. Mas a experiência histórica mostra que somos seres movidos por emoções, sentimentos, por coletivos, em outras palavras, por muito mais do que pensamento consciente. Isso parece ter escapado à atenção do MEB, pois, fiel à sua vinculação religiosa, acabava por atribuir aos indivíduos e suas comunidades uma força que eles não dispunham para transformar a pérfida realidade à qual estavam submetidos. Nem mesmo a sua omissão em relação às condições estruturais de dominação impediu que o Movimento, francamente orientado pelo ideário católico, fosse considerado subversivo pela sanha autoritária.

REFERÊNCIAS

A igreja e ressurreição nordestina. (1964, 14 de novembro). *O Cruzeiro*, p. 127.

Alves, H. (1964, 24 de fevereiro). A unidade da Igreja. *Correio da Manhã*, p. 6.

A voz autorizada dos Revmos. Snrs. Arcebispos, reunidos nos dias 27, 28 e 29 de maio, no Rio de Janeiro. (1964, 7 de junho). *Semana Religiosa*, (849), p. 1.

Alves, K. L., & Tonnetti, F. (2021). Viver é lutar: Perspectivas políticas na coleção didática para a alfabetização de adultos do Movimento de Educação de Base. *Educação em Revista*, 37(1). <https://doi.org/10.1590/0102-4698229648>

Ansart, P. (2019). *A gestão das paixões políticas* (J. Seixas, Trad.). Editora UFPR.

Bielschowsky, R. (2001). Eugênio Gudin. *Estudos Avançados*, 15(41), 157–170.
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300013>

Billhão, I. A., & Alves, K. L. (2024). MEB sob suspeita: A apreensão da cartilha *Viver é lutar* e o golpe de 1964. *Educação & Realidade*, 49, e133207.
<https://doi.org/10.1590/2175-6236-edreal-49-e133207>

Braghini, K., & Oliveira, M. A. T. de (2024). O elogio da educação e da juventude pela ditadura militar brasileira: Pistas para uma pedagogia essencialista na imprensa brasileira (1961–1975). *Revista Argentina de Investigação Educativa*, 4, 171–192.

Braghini, K., & Oliveira, M. A. T. de (2025). Da polissemia das palavras: Educação política e democracia na ditadura civil-militar brasileira (1964–1985). *Revista Brasileira de Educação*. (no prelo)

Campos, G. (1964, 6 de março). Coluna literária: *Viver é lutar. Última Hora*, p. 8.

Câmara, H. (1965, 8 de maio). *Igreja e desenvolvimento. A Ordem*, p. 1.

Cardeal diz que nada tem com cartilhas apreendidas e ignora a ação de bispos. (1964, 22 de março). *Jornal do Brasil*, p. 5.

Cartilhas não são comunistas. (1964, 28 de março). *Diário da Noite*, p. 3.

Clero reage. (1964, 25 de abril). *O Jornal*, p. 4.

Delgado, J. (1963, 2 de junho). *Cuidar dos extremos. Jornal do Maranhão*, p. 7.

Denning, M. (2005). *A cultura na era dos três mundos*. Francis.

Dom Távora não será ouvido no inquérito da cartilha comunista. (1964, 17 de março).
Diário de Pernambuco, p. 2.

Dom Távora: MEB eleva o povo sem massificá-lo. (1964, 28 de fevereiro). *Diário de Notícias*, p. 6.

Editorial. (1964, 21 de fevereiro). *Correio da Manhã*, p. 1.

Erros vergonhosos de português. (1964, 24 de fevereiro). *A Notícia*, p. [xx].

Exposição da ID4 irrita católicos. (1964, 10 de setembro). *Correio da Manhã*, p. 14.

Fávero, O. (1982). *MEB – Movimento de Educação de Base: Memória 1961/71*. Fundação Getúlio Vargas – Instituto de Estudos Avançados em Educação.

Fávero, O. (2006). *Uma pedagogia da participação popular: Análise da prática pedagógica do MEB – Movimento de Educação de Base, 1961–1966*. Autores Associados.

Gramsci, A. (2001a). Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. In *Cadernos do cárcere* (Vol. 2). Civilização Brasileira.

Gramsci, A. (2001b). Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. In *Cadernos do cárcere* (Vol. 4). Civilização Brasileira.

Gudin, E. (1964, 13 de março). *A cartilha de Dom Távora*. *O Globo*, p. 2.

Horta, J. S. B. (1972). Histórico do rádio educativo no Brasil (1922–1970). *Cadernos da PUC-RJ: Tópicos em Educação – Série Educação*, (10), 73–124.

Importante reunião da Comissão Central da CNBB. (1966, 22 de junho). *Diário de Pernambuco*, p. 3.

MEC não sabe dos livros. (1964, 22–23 de fevereiro). *Tribuna da Imprensa*, p. 3.

MEB – Movimento de Educação de Base. (1961a). *Projeto de criação do MEB*.

MEB – Movimento de Educação de Base. (1961b). *Planejamento*.

MEB – Movimento de Educação de Base. (1963a). *Relatório anual*.

MEB – Movimento de Educação de Base. (1963b). *Cartilha. Viver é lutar: 2º livro de leitura para adultos*. Acervo CREMEJA, Fundo Osmar Fávero.

MEB – Movimento de Educação de Base. (1966, 19 de maio). *Carta para a Secretaria Geral do Movimento de Educação de Base*.

MEB – Movimento de Educação de Base. (n.d.). *O conjunto didático “Viver é lutar”: Análise*. [Manuscrito não publicado]. <https://cremeja.org/a7/acervo-digital/fundo-osmar-favaro/educacao-popular-i/mep/dossie-viver-e-lutar/>

M.M.A. (1963, 19 de dezembro). Informativo econômico. *Diário de Pernambuco*, p. 4.

Motta, R. P. S. (2009). Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In R. P. S. Motta (Org.), *Culturas políticas na história: Novos estudos*. Argumentvm.

Motta, R. P. S. (2021). *Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar*. Zahar.

Muezim. (1963, 21 de julho). Novela & novelo. *Jornal do Maranhão*, p. 8.

Napolitano, M. (2015). Recordar é vencer: As dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, 8(15), 9–45.

Oliveira, G. M. de (2021). Anticomunismo. In L. E. Oliveira & J. E. Franco (Orgs.), *Dicionário dos antis: A cultura brasileira em negativo* (pp. 145–152). Pontes Editores.

Os bispos de Goiás antecipam-se à demagogia comunista. No plano “Por um mundo melhor”. (1962, 4 de fevereiro). *A Cruz*, p. 1.

Penúria sujeita o SERB à orientação comunista. (1964, 24 de março). *Diário da Noite*, p. 2.

Roldán Vera, E., & Fuchs, E. (2021). O transnacional na história da educação. *Educação e Pesquisa*, 47, e470100301. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022021470100301trad>

Sá Netto, R. (2024). *O partido da fé capitalista: Imperialismo religioso e dominação de classe no Brasil*. Da Vinci.

Soares, L., & Fávero, O. (Orgs.). (2009). *Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*. MEC/UNESCO.

Távora, J. (1964, 1 de março). [Declaração]. *Jornal do Brasil*, p. 25.

Távora, J. (1964, 27 de março). [Declaração]. *Última Hora*, p. 7.

Thompson, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa* (3 vols.). Paz e Terra.

Williams, G. (1950). *La radio y la educación fundamental en las regiones insuficientemente desarrolladas*. UNESCO.

Williams, R. (2003). *La larga revolución*. Nueva Visión. (Obra original publicada em 1961).

SARA EVELIN URREA-QUINTERO: Pós-doutora em Educação na linha História da Educação na Universidade Federal de Minas Gerais, doutora em Educação da mesma instituição. Atualmente é professora substituta da Universidade Federal do Paraná, na área de História da Educação. Membro do Núcleo de Pesquisa em Educação dos Sentidos e das Sensibilidades vinculado à UFMG.

E-mail: saraurrea0718@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3152-7417>

MARCUS AURELIO TABORDA DE OLIVEIRA: Professor titular aposentado pela UFMG, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Educação e coordena o Núcleo de Pesquisas sobre a Educação dos Sentidos e das Sensibilidades – NUPES. É bolsista em produtividade (1B) do CNPq.

E-mail: marcustaborda@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-6079-9710>

Recebido em: 25.04.2025

Aprovado em: 09.09.2025

Publicado em: 18.11.2025

EDITOR-ASSOCIADO RESPONSÁVEL:

Raquel Discini de Campos (UFU)

E-mail: raqueldiscini@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-5031-3054>

RODADAS DE AVALIAÇÃO:

R1: dois convites; um parecer recebido.

R2: dois convites; um parecer recebido.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Urrea-Quintero, S. E., & Taborda de Oliveira, M. A. Educação popular, Igreja Católica e ideologia anticomunista no Brasil: ambivalências no âmbito do Movimento de Educação de Base (1961-1966). *Revista Brasileira de História da Educação*, 25, e387.

DOI:

<https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e387>

FINANCIAMENTO:

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Este artigo parte dos resultados do projeto *Circulação transnacional de ideias, experiências e projetos educacionais radiofónicos para adultos camponeses na América Latina: a mobilização do sentido de “popular” em propostas educativas não escolares no contexto pós-Segunda Guerra*, em nível de pós-doutorado, desenvolvido junto ao PPGE/FAE/UFMG e financiado pelo CNPq sob n. 175198/2023-3. Esse, por sua vez, está vinculado aos projetos *Uma cultura comum? A dimensão estética como educação moral e política dos trabalhadores em perspectiva transnacional (entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XXI)*, financiado pelo CNPq na modalidade produtividade de pesquisa sob n. 303068/2022-1, e *Os processos que educaram no século XX: Janelas interpretativas para a(s) cultura(s) do escrito*, financiado pelo CNPq sob n° 408191/2023-6.

LICENCIAMENTO:

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).

DISPONIBILIDADE DE DADOS:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.